

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Antonio Alcides de Assis Carvalho

**A PARTICIPAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO
NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Brasília
2008

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior
Reitor Pro Tempore da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Mestre Cláudio Moreira Santana
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

Antonio Alcides de Assis Carvalho

**A PARTICIPAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO
NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica e obtenção do Título de Especialista em Contabilidade Pública.

Orientador: Prof. Mestre João Henrique Pederiva

Brasília
2008

CARVALHO, Antonio Alcides de Assis,

A participação do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional / Antônio Alcides de Assis Carvalho - - Brasília, 2008
52 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Pós-Graduação) –
Universidade de Brasília, 2º semestre de 2008.
Bibliografia.

1. Cooperativas de Crédito. 2. Sistema Financeiro Nacional. 3. Sistemas de Crédito Cooperativo.

I.Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da UnB. II. Título.

CDD –

Antonio Alcides de Assis Carvalho

**A PARTICIPAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO
NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Monografia defendida no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre João Henrique Pederiva
Universidade de Brasília

Prof. Mestre James Giacomoni
Examinador – Universidade de Brasília

Brasília, 03 de dezembro de 2008

A minha esposa Liliane, e aos meus filhos Danielle e Paulo Henrique, pela paciência que tiveram comigo, nesse período que tão pouco tempo tive para eles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por cumprir mais uma etapa importante na minha vida. Após muitas pesquisas compreendi um pouco do verdadeiro espírito cooperativista.

Muito obrigado ao Professor Mestre João Henrique Pederiva, um orientador que me surpreendeu positivamente, pois sempre achou importante o que escrevi, desde o primeiro parágrafo, incentivando-me assim a querer produzir e me fazendo acreditar que poderia cada vez mais fazer melhor.

A todos os professores do Departamento de Contabilidade da Unb, que ministraram o curso de Pós Graduação em Contabilidade Pública STJ/TST/Unb/2008, para mim verdadeiros mestres. Sinto-me um privilegiado por ter tido essa oportunidade.

A Administração do STJ e do TST pela visão empreendedora em oferecer aos servidores a oportunidade de aprimorarem seus conhecimentos.

Ao meu amigo e cooperativista Miguel Ferreira de Oliveira, Presidente da Credisutri, pelo incentivo, sugestões e indicações, além do material didático doado para minhas primeiras consultas.

Ao cooperativista Edivaldo Alves de Oliveira, Superintendente do Sicoob Central – DF e a Débora Márcia Bruno, Gerente de marketing do Sicoob Brasil, pelo material concedido e pelas dicas atualizadas dos sistemas de crédito cooperativo.

Aos Técnicos da OCB, Silvio Giusti e Evandro Ninaut pelo material oferecido e pela ótima conversa com verdadeiros cooperativistas.

Ao Dr. Alcenor Pagnussat, Diretor Presidente do Sicredi, pelo material enviado que muito contribui para o término do trabalho, além da boa vontade em me atender, apesar dos vários compromissos.

Ao Dr. Abelardo Duarte de Melo Sobrinho, do Banco Central do Brasil, pelas sugestões e pelo livro sobre cooperativismo de sua co-autoria, autografado que guardarei como relíquia.

Aos meus amigos de pós-graduação do STJ e TST, pela ótima convivência e troca de importantes experiências, em especial a Fanny Keller, uma adorável amiga e a meu permanente grupo de trabalho, Denis, Joaquim, Moisés, Walter e Paulinho, pelas reuniões e discussões que me fizeram compreender a importância do trabalho coletivo.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo avaliar o crescimento das cooperativas de crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. O período considerado foi de 1995 a 2007. As análises foram por meio da mensuração dos índices de ativo, patrimônio líquido, depósitos e operações de crédito. A relevância do tema se apresenta na busca do conhecimento dos sistemas de crédito cooperativo existentes no Brasil, bem como na compreensão de suas formas de organização e seus diferentes estágios de crescimento. Optou-se pela abordagem de revisão bibliográfica e normativa sobre o assunto, incluindo também visitas aos órgãos estudados. Constatou-se que, no período em questão, houve significativo crescimento do sistema de crédito cooperativo, em todos os índices analisados. Ocorreram ainda no período avanços importantes na questão normativa por parte das autoridades monetárias. Verifica-se também que há a tendência de expansão desse segmento no Sistema Financeiro Nacional para os próximos anos.

Palavras-chaves: Cooperativas de Crédito. Sistema Financeiro Nacional. Sistema de Crédito Cooperativo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados consolidados Sicoob.....	23
Tabela 2: Dados consolidados do sistema Sicredi.....	26
Tabela 3: Dados consolidados do sistema Unicred.....	27
Tabela 4: Dados consolidados - sistema Ancosol 2007.....	29
Tabela 5: Ativos - participação das instituições do segmento bancário.....	34
Tabela 6: Patrimônio líquido - participação percentual das instituições do segmento bancário.....	36
Tabela 7: Depósitos - participação das instituições do segmento bancário.....	37
Tabela 8: Operações de crédito - participação das instituições do segmento bancário....	38
Tabela 9: Participação % do cooperativismo de crédito no SFN.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ativos - crescimento percentual dos segmentos que mais cresceram.....	35
Gráfico 2: Participação % do cooperativismo de crédito no SFN.....	39
Gráfico 3: Quantidade de cooperativas e PACs.....	40
Gráfico 4: Cooperativismo de crédito no mundo.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ancosol	Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia Familiar e Solidária
Bacen	Banco Central do Brasil
Bancoob	Banco Cooperativo do Brasil
Bansicred	Banco Cooperativo do Sistema Sicredi
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CGPC	Conselho da Gestão Previdenciária Complementar
CMN	Conselho Monetário Nacional
Credisutri	Cooperativa de Crédito dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Feleme	Federação Leste Meridional de Cooperativas de Crédito
FGS	Fundo Garantidor do Sicoob
IF	Instituição Financeira
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PACs	Posto de Atendimento Cooperativo
SFN	Sistema Financeiro Nacional
Sicoob	Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicredi	Sistema de Crédito Cooperativo
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Sumoc	Superintendência da Moeda e do Crédito
Susep	Superintendência de Seguros Privados
Unicredi	Cooperativa de Crédito do Sistema UNIMED
Unimed	Cooperativa de Trabalho Médico

SUMÁRIO

<p>A pesquisa tem por objetivo avaliar o crescimento das cooperativas de crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. O período considerado foi de 1995 a 2007. As análises foram por meio da mensuração dos índices de ativo, patrimônio líquido, depósitos e operações de crédito. A relevância do tema se apresenta na busca do conhecimento dos sistemas de crédito cooperativo existentes no Brasil, bem como na compreensão de suas formas de organização e seus diferentes estágios de crescimento. Optou-se pela abordagem de revisão bibliográfica e normativa sobre o assunto, incluindo também visitas aos órgãos estudados. Constatou-se que, no período em questão, houve significativo crescimento do sistema de crédito cooperativo, em todos os índices analisados. Ocorreram ainda no período avanços importantes na questão normativa por parte das autoridades monetárias. Verifica-se também que há a tendência de expansão desse segmento no Sistema Financeiro Nacional para os próximos anos.....</p>	
	6
Palavras-chaves: Cooperativas de Crédito. Sistema Financeiro Nacional. Sistema de Crédito Cooperativo.....	6
LISTA DE TABELAS.....	7
Tabela 1: Dados consolidados Sicoob 23.....	7
Tabela 2: Dados consolidados do sistema Sicredi 26.....	7
Tabela 3: Dados consolidados do sistema Unicred 27.....	7
Tabela 4: Dados consolidados - sistema Ancosol 2007 29.....	7
Tabela 5: Ativos - participação das instituições do segmento bancário 34.....	7
Tabela 6: Patrimônio líquido - participação percentual das instituições do segmento bancário 36.....	7
Tabela 7: Depósitos - participação das instituições do segmento bancário 37.....	7
Tabela 8: Operações de crédito - participação das instituições do segmento bancário 387	
Tabela 9: Participação % do cooperativismo de crédito no SFN 38.....	7
Gráfico 1: Ativos - crescimento percentual dos segmentos que mais cresceram 35.....	8
Gráfico 2: Participação % do cooperativismo de crédito no SFN 39.....	8
Gráfico 3: Quantidade de cooperativas e PACs. 40.....	8
Gráfico 4: Cooperativismo de crédito no mundo 41.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	11
SFN.....	15
Órgãos Normativos.....	15
1.3.1.2 Das entidades supervisoras.....	17
1.3.1.3 Dos operadores.....	18
1.3.3.1 Do sistema de cooperativas de crédito do Brasil.....	23
2 METODOLOGIA.....	31

1 INTRODUÇÃO

Desde a criação da primeira cooperativa de crédito no Brasil, em 1902, no estado do Rio Grande do Sul, se passaram mais de 100 anos. Com a compreensão pelas autoridades monetárias da importância do cooperativismo de crédito como fator de desenvolvimento econômico e social, e da organização do próprio sistema, principalmente a partir de 1995, quando da criação dos bancos cooperativos e reestruturação das centrais e confederações, o crédito cooperativo brasileiro, passou a ocupar espaço significativo junto ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em decorrência disso, alcançou reconhecimento e respeito da sociedade brasileira, desde as pequenas comunidades, com as cooperativas de crédito rurais, até os grandes centros urbanos com a criação das cooperativas de crédito mútuo de servidores públicos e privados.

A importância do cooperativismo de crédito no país pode ser medida pelos quase quatro milhões de associados distribuídos em mais de 1.400 cooperativas de crédito espalhadas pelo Brasil.

1.1 Apresentação

O presente trabalho tem como questão de pesquisa verificar se há crescimento das cooperativas de crédito no âmbito do SFN, considerando todo o segmento financeiro brasileiro sob o controle do Banco Central do Brasil (Bacen).

Para aferir esse crescimento serão utilizados os principais índices utilizados pelo Bacen, cujos indicadores - ativos, patrimônio líquido, operações de crédito e depósitos, estão disponíveis, na página oficial da referida instituição, além dos números colocados a disposição pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O objetivo do trabalho é analisar o crescimento do cooperativismo de crédito no SFN, considerando suas causas e consequências, bem como o respectivo impacto na economia do País e na sociedade como um todo. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender o SFN, observando o envolvimento do Bacen, órgão responsável pela fiscalização e normatização do segmento cooperativista, na mudança desse panorama econômico;

2. Aferir a participação e a importância das várias representações dos sistemas de crédito cooperativo para a sociedade brasileira.

São duas as hipóteses a serem comprovadas ou rejeitadas ao final da monografia:

1. Existe crescimento do cooperativismo de crédito no âmbito do SFN, considerando volume de recursos e percentuais, especialmente no que diz respeito a: ativos, patrimônio líquido, operações de crédito e depósitos.
2. Está aumentando o número de cooperativas de crédito.

1.2 Justificativa

O contato do autor do presente trabalho com o sistema cooperativista ocorreu quando ainda era servidor do Ministério da Agricultura, no ano de 1990. Recém-formado em economia pelo Centro Universitário do Distrito Federal (Unidf), houve o convite para fazer parte do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Ministério da Agricultura (Coominagri). A partir daí foi seduzido pelo ideal cooperativista em que a solidariedade e a ajuda mútua são mais importante que o lucro e a união é a moeda principal. Acerca do assunto, Thenório Filho (2002) afirma não conhecer um sistema de cunho social “sem visão lucrativa, que traga no seu âmago a gigantesca força de gerar bens e serviços, confiança e felicidade capaz de alavancar, para melhor, o nível de vida de um povo trabalhador, melhor que o Cooperativismo”.

Acreditando nessa idéia, o autor, ao chegar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), dois anos depois, deparou-se com uma cooperativa de crédito recém-inaugurada, com poucos associados, em um órgão onde vários servidores sofriam nas mãos de agiotas. Não houve dúvidas. Um mês depois da posse no STJ, já era filiado à Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário no Distrito Federal e Ministério Público da União (Credisutri), a princípio, como conselheiro fiscal. Ocupou também o cargo de vice-presidente e, finalmente, como presidente, participou ativamente do crescimento daquela instituição, dentro do STJ.

Com a inestimável ajuda de outros colegas e a compreensão da administração superior do Órgão, a importância da Cooperativa foi mostrada para os servidores daquela Corte. Em pouco tempo, por meio do trabalho de educação financeira e convencimento, o número de associados aumentou, eliminando-se a figura dos agiotas, fato este que fez crescer o conceito da cooperativa junto ao STJ, permitindo a cessão, por parte do órgão, de um local no espaço

nobre junto aos bancos. Ali, foi instalada a primeira agência da instituição que, com esse crescimento, expandiu-se para o Conselho da Justiça Federal (CJF), e para o Tribunal Regional Federal da primeira região (TRF1).

Atualmente, a Credisutri atua em todos os órgãos do Poder Judiciário Federal e Ministério Público em Brasília, a exceção dos órgãos da Justiça do Trabalho, que tem sua própria cooperativa de crédito. À época, foi efetuada a filiação à recém-criada Cooperativa Central de Crédito do Distrito Federal (Cecredif) atual Sicoob - DF.

Nesse momento já se falava na possibilidade da criação de um banco cooperativo, pois era o sonho dos líderes cooperativistas terem um banco próprio do sistema, com todos os serviços e vantagens, além de possibilitar o crescimento do cooperativismo em todo o País.

Sempre que se discutia o cooperativismo nos diversos encontros em Brasília, e em outras cidades do país, com cooperativistas de outros estados, havia o questionamento acerca de qual a real importância do sistema cooperativista, dentro do SFN, tendo em vista o tamanho dos bancos nacionais (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, entre outros) e o início da entrada, no país, de poderosos bancos estrangeiros como o Santander e o HSBC.

De um modo geral, as pessoas não davam atenção. Para eles esse era um outro mundo, entretanto o autor não se conformava. Via na união das cooperativas de todo o país, e na provável criação dos bancos cooperativos, o elo que faltava para o verdadeiro crescimento e fortalecimento do sistema. Acreditava que, caso isso ocorresse, o restante do sistema bancário brasileiro iria se preocupar com o cooperativismo. Acredita-se hoje que, na época, também os banqueiros, não deram muita importância ao fato.

De acordo com Thenório Filho (2002, p.269), logo após o período revolucionário pós-1964, o Bacen impedia qualquer possibilidade de crescimento do sistema cooperativista, conforme relato abaixo:

Num dos contatos freqüentes de diretores e técnicos da FELEME com inspetores do Banco Central do Brasil, foi-lhes perguntado por que tanta ojeriza às cooperativas de crédito. A resposta foi imediata: não existe prevenção contra o crédito mútuo. Ocorre que são mais de 200 cooperativas singulares desse tipo (na época) para serem controladas e fiscalizadas pelo Banco Central, com esses mesmos procedimentos adotados com relação aos bancos comerciais, em número de 220, com a diferença de que a soma dos PL's (Patrimônio Líquidos) das referidas cooperativas não correspondia ao PL do Banco do Estado do Piauí, mas com a mesma carga de trabalho para aquele órgão fiscalizador.

Porém, o relacionamento com o Bacen mudou consideravelmente em razão da persistência e força de vontade dos cooperativistas, que não desistiram de modernizar e acreditar no crescimento do cooperativismo de crédito. Essa mudança foi tão significativa

que, em publicação recente, Soares e Melo Sobrino (2007, p. 80), ao discorrerem sobre a evolução normativa do Conselho Monetário Nacional (CMN), afirmam que:

As normas anteriores deram claros sinais de que o processo evolutivo é função direta das respostas oferecidas pelo sistema cooperativista às diretivas do órgão regulador que, nos últimos seis anos, participa ativamente de fóruns junto às lideranças do setor, no intuito de torná-lo cada vez mais ciente dos objetivos organizacionais e do interesse público. Nesses encontros, vários são os desafios lançados para que o sistema adquira maturidade e, com ela, condições adequadas de aumentar sua participação no SFN de forma sustentada e justa.

Assim sendo, cada vez mais o autor acredita ser este o caminho certo e que, com coragem, organização e profissionalismo, o cooperativismo de crédito será a melhor resposta às necessidades financeiras das futuras gerações de brasileiros.

1.3 Contextualização

A seguir será abordada um pouco da história do cooperativismo de crédito, sua participação no SFN, e a importância desse modelo, cuja importância é o ser humano, e os resultados são transformados em qualidade de vida para as comunidades onde são inseridas essas cooperativas.

1.3.1 Do sistema financeiro nacional

O SFN pode ser definido como o conjunto de instituições e órgãos que regulam, fiscalizam e executam as operações relativas à circulação da moeda e do crédito. A partir de 1945 com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), passou a existir um controle mais efetivo sobre o mercado financeiro. No Brasil, pode-se falar de um sistema financeiro moderno a partir de 1964. Segundo Turczyn (2005), essa nova estrutura foi dada, principalmente com a promulgação de três leis que introduziram profundas alterações na estrutura do SFN:

- Lei nº 4.380/64: instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH);
- Lei nº 4.595/64: definiu as características e as áreas específicas de atuação das instituições financeiras e transformação do Sumoc e seu Conselho em Bacen e CMN, respectivamente;

➤ Lei nº 4.728/65: disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento.

A partir desses normativos, o sistema financeiro brasileiro passou a contar com maior e mais diversificado número de intermediários financeiros não bancários, com áreas específicas e bem determinadas de atuação. O processo de re-ordenamento financeiro governamental se estendeu até 1988. A atual composição do SFN é representada abaixo:

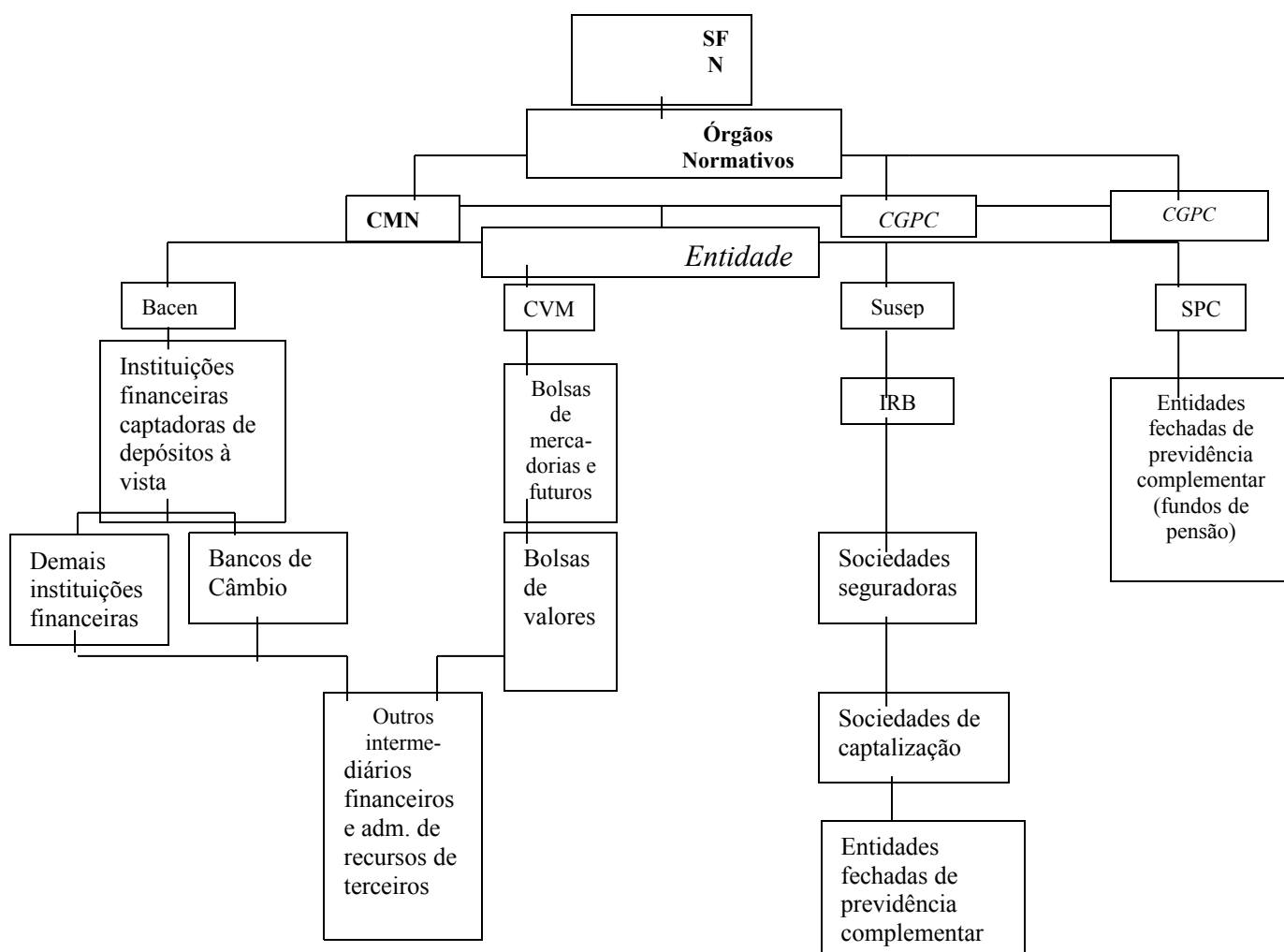


Figura 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do Bacen (2008).

Conforme a Figura 1, o SFN é composto por órgãos normativos: CMN e dois Conselhos de Gestão da Previdência Complementar (CGPC); por entidades supervisoras: Bacen, CVM, Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Secretaria de Previdência Complementar (SPC); e por entidades operadoras: demais entidades descritas.

A seguir serão descritos individualmente os órgãos que compõem o SFN.

1.3.1.1 Dos órgãos normativos

São órgãos normativos do SFN:

a) CMN - conforme o Bacen (2008) o CMN, instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do Bacen. Destaca-se dentre as suas funções a de adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; e coordenar a política monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

b) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. É composto pelo Ministro da Fazenda (presidente), representante do Ministério da Justiça, do Ministério da Previdência Social, superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Bacen e da CVM. Dentre as funções do CNSP destaca-se a de regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao SNSP, bem como a aplicação das penalidades previstas; fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro; e prescrever os critérios de constituição das sociedades seguradoras, de capitalização, entidades de previdência privada aberta e resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações e disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor, (Bacen, 2008).

c) O CGPC - é um órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular, normatizar e coordenar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão). Também cabe ao CGPC julgar em última instância os recursos interpostos contra as decisões da Secretaria de Previdência Complementar, (Bacen, 2008).

1.3.1.2 Das entidades supervisoras

a) Bacen - é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei 4.595/64. É o principal executor das orientações do CMN e é responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional. Sua sede fica em Brasília e têm representações nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará. Segundo Pinho (2008), suas principais atribuições são:

1. Controle da política monetária - emitir papel-moeda, executar serviços de meio circulante, exercer controle do crédito, depositário das reservas das instituições financeiras, conceder empréstimos e realizar operações de redesconto para as instituições financeiras, dentre outras;
2. Banco dos bancos - garantir a solvabilidade do sistema, regular a execução dos serviços de compensação de cheques, fazer a regulação do sistema financeiro, autorizar e fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras, inclusive estabelecendo condições para o exercício de cargos de direção nestas instituições etc;
3. Banco do governo - conforme Turczyn (2008), como banqueiro do governo, o Bacen mantém entendimentos com instituições financeiras estrangeiras e internacionais, e ainda atua como depositário das reservas oficiais de ouro e de moeda estrangeira.

b) CVM - segundo o Bacen (2008), é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei 6.385/76. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. Para este fim, exerce as funções de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários; evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado; assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.

c) SUSEP - autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência privada aberta e capitalização. Dentre suas atribuições estão a de fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das sociedades seguradoras de capitalização, entidades de previdência privada aberta e

resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP; atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro; zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados; promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados; promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição; zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado; disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas; cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas; prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP, (Bacen, 2008).

d) Secretaria de Previdência Complementar (SPC) – de acordo com o Bacen (2008), a SPC é um órgão do Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão). A SPC se relaciona com os órgãos normativos do sistema financeiro, na observação das exigências legais de aplicação das reservas técnicas, fundos especiais e provisões, que as entidades sob sua jurisdição são obrigadas a constituir e que tem diretrizes estabelecidas pelo CMN. Compete à SPC propor as diretrizes básicas para o sistema de previdência complementar; harmonizar as atividades das entidades fechadas de previdência privada com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do governo; fiscalizar, supervisionar, coordenar, orientar e controlar as atividades relacionadas com a previdência complementar fechada; analisar e aprovar os pedidos de autorização para constituição, funcionamento, fusão, incorporação, transferência de controle das entidades fechadas de previdência complementar, bem como examinar e aprovar os estatutos das referidas entidades, os regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações; examinar e aprovar os convênios de adesão celebrados por patrocinadores e por instituidores, bem como autorizar a retirada de patrocínio e decretar a administração especial em planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar, bem como propor ao ministro a decretação de intervenção ou liquidação das referidas entidades.

1.3.1.3 Dos operadores

As entidades operadoras do SFN que são importantes para compreensão deste trabalho são:

a) Banco do Brasil (BB) - segundo Pinho (2003), o BB, criado por Dom João VI em 1808, é o mais antigo banco do país. Até janeiro de 1986 assemelhava-se a uma autoridade

monetária, incumbida de ajustamento da conta movimento do Bacen e do Tesouro Nacional. Atualmente é um banco comercial que funciona como agente financeiro do governo, sendo o principal agente da política de crédito agrícola e industrial. Além disso, presta serviços ligados à execução orçamentária (preços mínimos, aquisição de estoques reguladores, dentre outras), ao comércio exterior e administra a Câmara de Compensação de Cheques.

b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - segundo Pinho (2008), o BNDES é responsável pela política de investimentos do governo, voltada para a concessão de créditos de longo prazo. Visa estimular a indústria nacional, promover o desenvolvimento equilibrado dos diversos setores, promover as exportações etc. As principais fontes de recursos do sistema BNDES (BNDES mais os programas e fundos especiais — Finame, FINEP etc.) são as poupanças compulsórias, principalmente o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

c) Caixas Econômicas - têm como a principal função a concessão de crédito habitacional, e como tal fazem parte do SFH, através da captação de recursos através da caderneta de poupança e de repasse de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que é administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Esta última atribuição foi passada a CEF em 1986 com a extinção do BNH, que funcionava como banco dos bancos do SFH. Com seu fechamento, a CEF assumiu o papel central do sistema, inclusive administrando fundos de antiga responsabilidade de BNH, como, por exemplo, o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Além disso, as CEFs confundem-se com os bancos comerciais, pois podem captar depósitos a vista e realizar empréstimos ao consumidor. Também são administradoras de loterias, (Bacen, 2008).

d) Cooperativas de Crédito - segundo Pinho (2002), as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras e atuam normalmente em setores primários da economia ou são formados por funcionários de empresas.

Suas principais vantagens são:

1. No setor primário, permitem melhor comercialização dos produtos rurais e criam facilidades para o escoamento das safras agrícolas para os consumidores;
2. Nas empresas em geral oferecem crédito aos funcionários associados da cooperativa de crédito, mediante contribuição mensal de cada um para formação de um fundo comum de benefícios. Todas as operações facultadas às cooperativas são exclusivamente destinadas aos seus cooperados.

e) Financeiras (sociedades de crédito, financiamento e investimento) - concedem créditos ao consumidor com recursos captados através da venda de letras de câmbio. O volume de operações das financeiras é limitado a 12 vezes o total do capital realizado mais as reservas e tem sua responsabilidade direta por cliente limitada. Estas medidas visam controlar o alto risco envolvido nas operações de crédito ao consumidor. Em geral, estas operações são as que possuem maior taxa de juros, (Bacen, 2008).

f) Sociedades de arrendamento mercantil (Leasing) - foram introduzidas no sistema financeiro em 1974/75. Segundo Turkzyn (2005), essas instituições realizam operações típicas de arrendamento mercantil. A operação de leasing é um tipo de locação (do bem que está sendo financiado) por um prazo determinado, ao final do qual o cliente pode adquirir o bem pelo seu valor residual fixado no contrato (valor do bem menos a depreciação do período), renovar a locação (contrato de leasing) ou devolver o bem. Percebe-se que a propriedade do bem não é transferida ao cliente, que paga pela sua utilização. Por se constituírem em operações de longo prazo, os recursos para estas operações são captados, em geral, pela venda de debêntures e ainda por obtenção de empréstimos no mercado interno e externo.

g) Bancos múltiplos e bancos comerciais - surgiram em 1988, com a publicação da norma nº. 1524/88 do CMN, que permitiu oficializar uma situação que já existia na prática. Segundo Fernandes (2006, p. 34),

Os bancos múltiplos foram criados em 1988 para facilitar o controle das IF que operavam sob a mesma bandeira em várias pessoas jurídicas. Os bancos múltiplos geram um único balanço e trabalham sob um único caixa tendo maior flexibilidade na captação e aplicação de recursos do que as carteiras individuais originais.

Os bancos comerciais, em geral, possuíam outras instituições, como sociedades de crédito imobiliário e bancos de investimento. Como a legislação de 1964 visava à segmentação do mercado e a especialização das instituições, apesar de fazerem parte do mesmo conglomerado financeiro, as instituições deveriam apresentar-se como empresas separadas. Assim, o banco múltiplo permite a união das diversas instituições em uma única. Para se constituir em banco múltiplo, a instituição deve possuir ao menos duas linhas de atuação, carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento. O máximo de carteiras é quatro, podendo ser imobiliária, de leasing e de desenvolvimento.

h) Bancos cooperativos - são bancos comerciais privados criados e controlados, respectivamente, pelos dois principais sistemas de cooperativas de crédito, o Sicredi controlador do Banco Cooperativo Sicredi S.A (Bansicredi), e o Sicoob, controlador do Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob). Foram criados após a Resolução nº. 2.193/95 do

CMN, permitindo assim a permanência dos recursos dentro do próprio sistema cooperativista, contribuindo para impulsionar o desenvolvimento local, municipal e estadual. Foram autorizados a atuar como bancos múltiplos, a partir da Resolução nº. 2.788/2000 do CMN.

1.3.2 Cooperativismo de crédito: panorama histórico

“Um por todos e todos por um”, tanto é o lema do lendário romance de Alexandre Dumas em *Os Três Mosqueteiros*, como também foi o lema de Giuseppe di Stéfano Paterno. Segundo Thenório Filho (2002), esse cooperativista italiano do início do século, veio ao Brasil ensinar o que toda Europa já sabia desde 1844, quando 28 tecelões do bairro de Rochdale, da cidade de Manchester (Inglaterra), fundaram a primeira cooperativa da história, cada um contribuindo com uma libra, formando um capital inicial de 28 libras.

O Cooperativismo de crédito tem início, no Brasil, em 1902, na cidade de nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstad. Ainda nos anos de 1920 a 1940, existiu no Brasil, um rápido crescimento de dois sistemas cooperativos, o *raiffasen* de origem alemã, e o *Luzzatti* de origem italiana. Nesse período, o órgão governamental responsável pela autorização dessas instituições era o Ministério da Agricultura. Após a Criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 1945, esta ficou responsável pela autorização e fiscalização das cooperativas de crédito, sendo substituída de suas atribuições após a criação do Bacen em 1964.

Importante ainda ressaltar a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Conforme a OCB (2008), “A entidade veio substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco)”. A unificação, ainda segundo a OCB, foi uma decisão das próprias cooperativas, dando-se após o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 1969. A OCB é o órgão máximo de representação do cooperativismo brasileiro, que hoje conta com 13 ramos de atividades, sendo um deles o cooperativismo de crédito.

Essa representação foi definitivamente reconhecida com a promulgação da Lei cooperativista nº. 5.764/71, ao determinar no art. 105 que “A representação do sistema cooperativista nacional cabe o Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturado nos termos dessa Lei, sem finalidade lucrativa”. Na OCB temos o Conselho Especializado de Crédito, que cuida exclusivamente do cooperativismo de crédito.

1.3.3 Sistemas de crédito cooperativo

Como o objeto de estudo é o cooperativismo de crédito, serão enfocados os diversos sistemas de crédito cooperativo existente no Brasil, e quais as regiões que mais se desenvolvem. Através de pesquisas junto a esses sistemas e na bibliografia dos principais autores cooperativistas, serão discutidas quais as perspectivas de crescimento dos diversos sistemas, após as novas regras aprovadas pelo Bacen, e, quais os benefícios à sociedade brasileira advindas desse crescimento.

A Lei Cooperativista nº 5764/71, art. 8º afirma que:

As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistências de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

No art. 9º o referido normativo afirma que: “As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcenderem o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações”.

Nasce assim, da iniciativa de cooperativas centrais e singulares de se organizarem na construção de rede de serviços financeiros, os sistemas de cooperativas de crédito, que cada vez mais estão se solidificando. A opção por reunirem-se em sistemas é uma resposta à grande concorrência encontrada no mercado financeiro brasileiro, sendo esta uma das alternativas para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros existentes.

Segundo Soares e Melo Sobrinho (2007 p. 82), “O papel desempenhado pelas Cooperativas Centrais na organização do setor cooperativo de crédito é visto como primordial por parte da autoridade reguladora”. No caso do Bacen, continuam os autores, a respeito da evolução normativa do sistema cooperativista: “A preparação desse terreno começou de forma efetiva a partir de 2000, por meio da Resolução 2.771, numa época em que os três maiores sistemas cooperativistas de crédito brasileiro solidificaram o processo de organização nos três níveis previstos na lei cooperativista”. Os autores citam, ainda, a Lei cooperativista nº. 5.764/71 art. 6º, que estabelece o modelo cooperativista em Singular formado por mínimo de vinte associados; central ou federação, com no mínimo três singulares; e, por último, as confederações, formadas por no mínimo três centrais ou federações. Destacam-se a seguir os principais sistemas sua história e principalmente os seus indicadores.

1.3.3.1 Do sistema de cooperativas de crédito do Brasil

O Sicoob com área de abrangência em quase todas as unidades da federação incluindo o Distrito Federal é hoje o maior sistema de cooperativas de crédito no Brasil. Segundo o último relatório anual do Sicoob (2007), publicado em dezembro de 2007, o sistema possuía 649 cooperativas singulares, 1.037 pontos de atendimento, 14 cooperativas centrais e cerca de 1,6 milhões de associados.

De acordo com o Sicoob (2008) o sistema é formado pelas cooperativas singulares as centrais de crédito e da Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito (Sicoob Brasil). Na Tabela 1, temos os dados consolidados do sistema Sicoob, atualizados até dezembro de 2007.

Tabela 1: Dados consolidados Sicoob

Dez 2007							
Tipo	Cooperativas	Postos de Atendimento	Associados	Depósito R\$ milhões	Operações de Crédito R\$ milhões	Patrimônio R\$ milhões	Ativos R\$ milhões
Aberta	79	370	361.200	1.590	1.887	671	3.138
Comerciantes	49	54	117.737	427	340	191	664
Empresários	45	32	50.801	318	262	88	443
Funcionários entidades privadas	175	16	276.344	131	532	641	852
Funcionários entidades públicas	138	89	381.120	1.062	1.318	793	2.051
Produtores rurais	126	439	352.394	2.318	2.563	1.162	4.948
Profissionais liberais	37	37	58.437	482	204	112	620
Total por tipo	649	1.037	1.598.429	6.328	7.106	3.659	12.716

Fonte: Sicoob Brasil (2008)

Conforme Tabela 1, em dezembro de 2007 o Sistema Sicoob, possuía mais de seis bilhões de reais em depósito, e cerca de 12 bilhões em ativos, demonstrado a força do sistema junto ao SFN.

Faz parte ainda do Sistema Sicoob Brasil, o Bancoob que é um banco comercial privado, sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário pertence às cooperativas centrais de crédito do Sicoob Brasil. Esse banco é regido e regulamentado pela Lei 4.595/64 e pela Resolução nº. 2.788/00 do CMN. Juridicamente independente das demais entidades do Sistema Sicoob, o Bancoob foi constituído com a finalidade de oferecer produtos e serviços financeiros às cooperativas, tornando-se o braço financeiro das cooperativas de crédito.

Faz parte ainda do sistema o Fundo Garantidor do Sicoob (FGS). São entidades de apoio, não cooperativas, constituídas com o objetivo fundamental de prestar serviço às

entidades que integram o sistema, elas resultam de interação sistêmica e atuam como parceiros das cooperativas singulares no pleno atendimento das necessidades dos associados.

As entidades que compõem o Sicoob são independentes juridicamente. Porém, por meio da mutualidade, tornam-se solidárias na busca da excelência. Conforme afirma Pinho e Palhares (2003) “No Sicoob as cooperativas singulares são responsáveis por atender aos associados; as cooperativas centrais de prestar serviços de centralização financeira, jurídico, supervisão auditoria dentre outros”. Com relação à confederação e o Bancoob, esse autor afirma que são entidades que tem o compromisso de prestar serviços de integração, supervisão, controle e padronização e de administrar a liquidez do sistema mediante convênio, respectivamente.

O atual modelo organizacional do sistema mostra as entidades comunicando-se entre si, com objetivo único de prestar os melhores serviços às cooperativas singulares e aos seus associados.

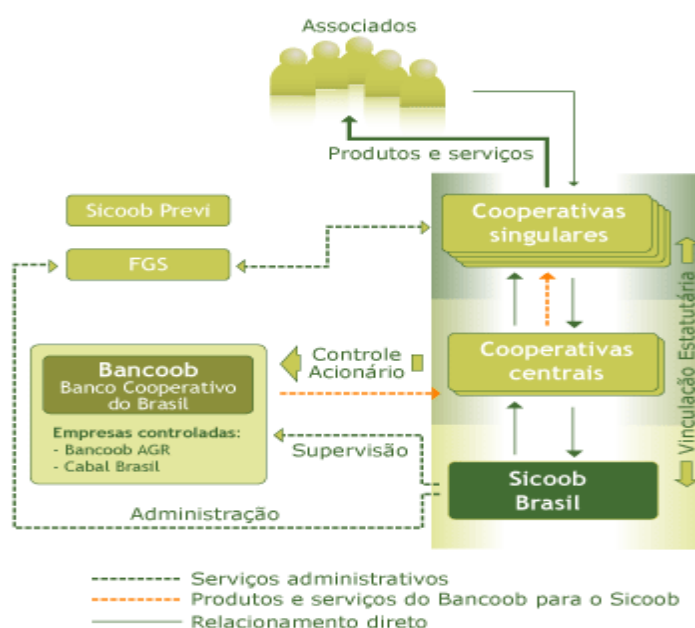


Figura 2: Sistema Sicoob
Fonte: Bacen, (2008).

Conforme a Figura 2, podemos ver que as cooperativas centrais detêm o controle acionário do Bancoob. Como quem controla as centrais são as cooperativas singulares, e essas são controladas por seus cooperados, fica claro que o dono deste negócio todo é mesmo o cooperado.

1.3.3.2 Sistema de crédito cooperativo

A história do Sistema de Crédito Cooperativo, Sicredi, se confunde com a história do cooperativismo de crédito do Brasil, e tem início com a constituição da primeira cooperativa de crédito em 1902, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul. Após o desenvolvimento de várias cooperativas rurais, de modelo *Raiffeisen*, as restrições normativas com a aprovação da reforma bancária (Lei 4.595/64), praticamente decretam o fim desse modelo no estado. O reinício do cooperativismo de crédito se dá com a constituição da Cooperativa de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda (Cocecrer/RS), no ano de 1980.

Conforme Shardong (2002, p. 66) “No início da década de 80, quando o modelo econômico de forte participação do Estado-empresa dava seus primeiros sinais de debilidade, sinalizando a exaustão das fontes de financiamento subsidiado”. Segundo esse autor, nesse período o setor agropecuário, especialmente as cooperativas agropecuárias, sofrem forte impacto em seu equilíbrio econômico e financeiro, o que leva, conforme descreve a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja (Fecotrigo), através de seu Vice-Presidente Mário Kruehl Guimarães, a encampar a idéia de construir um sistema alternativo de financiamento aos produtores rurais, “objetivando minorar os efeitos das transformações que já se anunciavam”.

Continua, ainda, Shardong (2002, p.66), relatando a criação do sistema Sicredi:

A partir de então, com o apoio das Cooperativas Agropecuárias, sob a liderança da FECOTRIGO, foram reunidas as Cooperativas de Crédito remanescentes, num total de nove, e constituída a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul Ltda (COCECRER), conforme ata de constituição (1980). Nascia, a partir deste fato, no Rio Grande do Sul, o primeiro Sistema de Crédito Cooperativo, atualmente SICREDI-RS, que tinha como premissa básica a idéia sistêmica de organização, na qual o processo de integração horizontal e vertical, entre entidades de primeiro, segundo e de terceiro grau, tornava interdependentes estas organizações, projeto que se irradiou pelos principais estados da Federação, dando suporte ao novo Cooperativismo de Crédito Brasileiro e merecendo sua homologação pelas autoridades na edição de normas próprias de regência.

Depois são criadas cooperativas de crédito nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Finalmente em 1992 as cooperativas filiadas a Cocecrer/RS, criam o Sicredi formando, assim, o primeiro sistema de crédito cooperativo brasileiro.

Após a autorização, através da Resolução nº. 2.193/95 do CMN, constitui-se o Banco Cooperativo Sicredi S.A, primeiro banco cooperativo privado brasileiro, passando a ter acesso a todos os produtos e serviços bancários, antes só disponíveis em convênios com instituições financeiras fora do sistema cooperativo. Hoje o Sicredi conta com a Confederação

Interestadual das Cooperativas ligadas ao sistema Sicredi serviços, que atende a todo sistema e já está presente em seis estados da federação.

Na Tabela 2 constam os principais números do sistema Sicredi. Uma das características do sistema é não fomentar a criação de muitas cooperativas, mas incentivar a fusão entre as que existem, com a implantação de postos de atendimento como forma de promover o crescimento do sistema com redução nos custos.

Tabela 2: Dados consolidados do sistema Sicredi

SISTEMA SICREDI	2007
Confederação	1
Centrais	5
Cooperativas	130
Postos de Atendimento	1025
Associados	1.264.193
Ativo Total (em R\$ milhões)	8.635
Empréstimos (Operação de Crédito) (em R\$ milhões)	5.185
Depósitos à Vista (em R\$ milhões)	5.367
Patrimônio (em R\$ milhões)	1.454

Fonte: Sicredi serviços (2008)

Apesar de um menor número de cooperativas e atuação em apenas seis estados, o número de cooperados ultrapassa 1.200.000 associados, o que demonstra a força do sistema Sicredi no cooperativismo brasileiro.

1.3.3.3 Sistema de cooperativa de crédito do sistema de cooperativa de trabalho médico

A criação do Sistema Unicred deu-se com a Resolução nº. 1.914/92 do CMN, que permitiu a criação de cooperativas de crédito mútuo por categorias profissionais. Segundo Pinho (2006, p 82), “Era a vitória da persistente luta, que durante alguns anos enfrentaram os médicos da Unimed do Brasil, com apoio das centrais de cooperativas de crédito mútuo e do cooperativismo brasileiro em geral”.

Formado a partir da Cooperativa de Trabalho Médico (Unimed), o sistema Unicred, têm em seu quadro social os mais diversos profissionais da área de saúde como médicos, veterinários, odontólogos, biólogos, enfermeiros entre outros, e ainda as pessoas jurídicas que deram origem ao sistema Unimed's como hospitais, clínicas e laboratórios.

De acordo com o Unicred (2008), a Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's (Unicred do Brasil) foi fundada em julho de 2004, fruto da necessidade de uma

instituição que representasse os interesses das cooperativas singulares e cooperativas centrais, na época em âmbito nacional, solidificando assim o sistema Unicred. Outra atribuição da Unicred do Brasil é prestar assessoria financeira às Unicred's singulares e centrais, fazendo também o ranqueamento (*Ranking*) de todas as unidades através de índices financeiros, medindo a saúde e pujança financeira e a gestão de seus administradores. Conforme os dados da Unicred (2008), o sistema conta hoje com: 131 Unicred's singulares; 14 cooperativas filiadas em 24 estados da federação; 09 Unicred's centrais ou regionais; e a Confederação Nacional, com sede em São Paulo.

Apesar de representar um dos três grandes sistemas de crédito cooperativo, com números expressivos, conforme Tabela 3, o sistema Unicred ainda não tem seu próprio banco, trabalhando nas unidades da federação com o BB e ainda com os bancos cooperativos, Bansicredi e Bancoob, sendo que cada central tem autonomia para escolher a instituição financeira que melhor atenda seu associado.

Tabela 3: Dados consolidados do sistema Unicred

SISTEMA UNICRED	2007
Postos de atendimento	261
Associados	157.263
Ativo total (em R\$ milhões)	3.899
Empréstimos: operação de crédito (em R\$ milhões)	1.878
Depósitos (em R\$ milhões)	2.706
Patrimônio (em R\$ milhões)	997

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do sistema Unicred (2008).

A Unicred do Brasil, além de representar política e institucionalmente o sistema, tem como uma de suas funções a de prestar assessoria financeira a cooperativas centrais e singulares.

1.3.3.4 Da associação nacional das cooperativas de crédito de economia familiar e solidária

O sistema Ancosol, constituído em 2004, a partir de um fórum nacional de cooperativas de crédito de economia solidária, é o mais novo sistema organizado no país. Formado por pequenas cooperativas de agricultores, é um sistema eminentemente rural tendo a agricultura como principal atividade econômica. Segundo Pinho (2006, p.94) “No começo de 2003, o apoio governamental intensificou-se com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), junto ao ministério do Trabalho e emprego”.

Destacando a importância desse novo modelo de cooperativa, Pinho (2006, p. 96) comenta que: “Entre os principais exemplos de cooperativas de crédito solidário destaca-se a Cresol (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária), um sistema integrado que se articula com movimentos e organizações populares”. Segundo a autora o principal objetivo dessas cooperativas é captar recursos nos municípios e reaplicá-los na mesma região gerando renda interna, que beneficiará todos os cooperados. A autora ao se referir a esse sistema afirma que ele vem se expandindo rapidamente. Em 2003 reunia cerca de 200 cooperativas singulares e uma cooperativa central de crédito, com atuação nos estados do PA, PE, CE, BA, SP, SC, mas em 2004 estava presente em quase todo o Brasil.

A Ancosol, de acordo com Bacen (2008), formada por alguns sistemas em franco processo de crescimento, presentes em vários estados, congrega hoje os seguintes sistemas:

1. Ascob - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar;
2. Cresol - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária;
3. Ecosol - Cooperativas de Crédito da Economia Solidária;
4. Creditag – Cooperativas de Crédito dos Trabalhadores da Contag; e
5. Crehnor - Central de Crédito dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária.

A Associação é responsável pela representatividade institucional, perante governos, Bacen e sociedade civil, e ainda junto a bancos. Ela é também responsável pela capacitação dos quadros diretivos e administrativos.

Segundo o representante do sistema Ancosol, em apresentação no seminário do Bacen (2008), os números institucionais do sistema são:

Número de Cooperativas	198
Número de Postos de Atendimento	190
Número de Funcionários	1071
Número de Associados	204.006
Municípios Atendidos	925

Quadro 1: Sistema Ancosol dados institucionais
Fonte: Sistema Ancosol (2008).

Um dos números que se destaca no Quadro 2 é a quantidade de municípios atendidos (925), o que demonstra a rapidez com que este novo sistema, baseado na economia solidária, está se fortalecendo. Há de se destacar, ainda, a forte presença do Estado nesse crescimento, com o apoio financeiro através do BB e do Ministério do Trabalho.

Em virtude das cooperativas se concentrarem em pequenos municípios, no sistema Ancosol existe uma fragilidade das atividades econômicas, além da dependência das atividades agrícolas e do poder público, sazonalidade do fluxo financeiro e mão de obra com baixa qualificação. Em virtude dessa interiorização, essas comunidades são historicamente excluídas do acesso a serviços financeiros. Nesse contexto, os principais benefícios das cooperativas são: aumento da poupança local, ampliação da moeda circulante, oferta de vários serviços financeiros, diminuição dos índices de inadimplência no comércio local e surgimento de vários atores sociais em consequência da cooperativa.

Em dezembro de 2007, o sistema Ancosol apresentava os seguintes números:

Tabela 4: Dados consolidados - sistema Ancosol 2007

SISTEMA ANCOSOL	2007
Ativo Total (em R\$ milhões)	786
Empréstimos: Operação de Crédito (em R\$ milhões)	747
Depósitos a Vista (em R\$ milhões)	266
Patrimônio (em R\$ milhões)	138

Fonte: Sicredi Brasil (2008).

Conforme a Tabela 4, o sistema Ancosol é o menor dos sistemas organizados de crédito cooperativo. Porém atua em uma área de suma importância, pois, lida com o pequeno agricultor, ou seja, com o micro-crédito, possibilitando acesso ao crédito, inclusive com a ajuda do Governo Federal, que hoje estimula essas ações, com o objetivo de fixar o homem no campo.

1.4 Estrutura do Trabalho

Na apresentação, destacam-se a questão de pesquisa bem como os objetivos, além de apresentar-se a justificativa. Foi elaborado um breve histórico do cooperativismo no Brasil desde 1902 até os dias de hoje, enfatizando toda a evolução dos modelos cooperativista e os diversos momentos vividos pelo cooperativismo de crédito. Destaca-se, ainda, o SFN e as instituições que fazem parte desse sistema: entidades supervisoras e as que fazem parte do mercado financeiro, incluindo aí as cooperativas de crédito e bancos cooperativos. Merecem destaque neste capítulo os diversos sistemas de crédito cooperativo, com ênfase acerca do seu rápido crescimento, da forma de organização, da localização e da importância de cada um para o cooperativismo de crédito brasileiro. No segundo capítulo é apresentada a metodologia do trabalho, bem como os passos que foram dados até a sua conclusão.

Em seguida, no capítulo 3, tem-se a apresentação e análise dos resultados, fruto das pesquisas recolhidas na extensa peregrinação do autor. Nesta análise, foi possível verificar a situação atual do cooperativismo de crédito no âmbito no SFN. Por fim, apresenta-se a conclusão da pesquisa, bem como as sugestões para pesquisas futuras.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da bibliografia relacionada ao sistema cooperativista. As pesquisas na biblioteca do STJ, da Universidade de Brasília (Unb) e no Senado Federal, possibilitaram o acesso a alguns trabalhos de autores com amplo conhecimento sobre o assunto. Buscaram-se informações junto a Confederação Brasileira de Cooperativas de Crédito (Conferbrás), com sede em Brasília, complementando-se o acervo bibliográfico com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o assunto e proporcionar condições de responder as questões de pesquisas propostas.

Na pesquisa bibliográfica foram consultadas obras sobre o SFN, buscando entender as ligações existentes com o cooperativismo de crédito. Nas obras pesquisadas sobre o sistema cooperativo os autores discutem o antigo sistema, referindo-se ao nascimento do cooperativismo de crédito no Brasil, no início do século XX (1902), quando predominavam os modelos cooperativistas da Europa (*Sistemas Raiffasem e Luzzati*) até os autores mais contemporâneos, como os Sistemas *Derjardins* – Canadá e o sistema norte americano. Estes últimos são citados como referência ao modelo cooperativista, adotado no Brasil.

Procedeu-se a visitas ao Bacen, órgão responsável pela normatização, controle e fiscalização, do setor cooperativista, onde foi feito contato com técnicos daquela instituição, que, por sua vez, indicaram o sítio da instituição. Neste foram obtidos os números atualizados, que facilitaram a pesquisa, além de diversas publicações sobre o cooperativismo de crédito.

Para responder a questão da pesquisa buscou-se, também, contato com os órgãos do sistema de crédito cooperativo, como por exemplo, o Sicoob, com sede em Brasília-DF, além de contatos através de mensagens com dirigentes de outros sistemas como Unimed e Sicred. Ainda em Brasília, o autor foi buscar junto a OCB dados sobre esta instituição. A OCB conta com um setor específico para o cooperativismo de crédito, chamado conselho especializado de crédito. Em visita aos técnicos daquela instituição, foi obtido acesso aos últimos números sobre o cooperativismo de crédito, dados esses, apresentados no presente trabalho.

Dentro dessa busca por conhecer os principais sistemas e pesquisar sobre o crescimento do crédito cooperativo, o autor esteve presente nos dias 29 de setembro a 01 de outubro de 2008, no VII Seminário do Banco Central do Brasil sobre Microfinanças realizado na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, onde teve oportunidade de conversar com vários dirigentes dos principais sistemas de crédito cooperativo, em busca de novos subsídios que estão presentes neste trabalho.

Dessa forma, o percurso metodológico foi orientado por uma análise com enfoque qualitativo, prevalecendo o diálogo com autores que, tradicionalmente pesquisam a questão do cooperativismo no Brasil. Realizaram-se levantamentos amparados em dados secundários oriundos das supracitadas visitas a instituições ligadas ao cooperativismo de crédito, cuja abrangência macro e micro trazem elementos teóricos e técnicos, como também a discussão do impacto desse fenômeno na sociedade brasileira.

3 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

O cooperativismo de crédito, no Brasil, passou por vários estágios, conforme visto no presente trabalho e, atualmente passa por uma nova revolução, com sistemas organizados e a preocupação de seus dirigentes com a governança corporativa e com a capacitação de seu quadro diretivo e de pessoal. Observa-se, a partir de agora, uma nova onda de crescimento sustentado. Os números a seguir, dão idéia da dimensão do cooperativismo de crédito brasileiro.

Os dados da pesquisa têm como marco inicial o ano de 1996, após a entrada em vigor da Resolução do CMN nº. 2.193/1995, permitindo a constituição de bancos cooperativos, que são considerados marcos para o desenvolvimento do novo cooperativismo brasileiro.

Assim, são apresentadas nas tabelas que se seguem as instituições operadoras do SFN. Os valores constam pelo valor percentual e monetário, incluindo-se as cooperativas de crédito.

3.1 Ativos

Na Tabela 5, demonstram-se os valores monetários do segmento bancário brasileiro no período de 1996 a 2006, conforme dados do Bacen (2008). É importante observar que enquanto a CEF, o BB, os bancos privados nacionais e os bancos com controle estrangeiro, tiveram um crescimento significativo, os bancos públicos e as caixas estaduais, tiveram um decréscimo ao longo desse período. Tal fato ocorreu consoante o Bacen (2008), da edição das Resoluções do CMN nº. 1524/1988 e 1649/1989, possibilitando a fusão e incorporações de bancos públicos, notadamente os bancos estaduais, que segundo o próprio Bacen, são medidas que podem ser consideradas um marco na abertura do sistema financeiro brasileiro.

Tabela 5: Ativos - participação das instituições do segmento bancário

	em R\$ bilhões										
Segmento bancário	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos públicos (+ caixas estaduais)	106,8	130	76,57	73,4	46,3	40,34	64,8	68,56	70,89	79,73	88,17
Banco do Brasil	60,98	98,4	117,5	113	128,8	157,2	189	217,9	223,5	240,6	283,7
Caixa Econômica Federal	80,22	113	114,6	122	126,5	102,9	128,7	154,4	147,8	188,7	209,5
Bancos privados nacionais	186,4	251	237,7	238	290,2	349,1	407,7	482,6	535,4	675,2	924,1
Bancos com controle estrangeiro	51,19	87,5	123,8	166	225,8	280,1	302,3	245,5	287,9	358,4	425,6
Cooperativas de crédito	1,46	2,53	3,37	4,74	6,26	8,44	11,48	15,16	18,37	23,29	30,15
Total	487	682	673	718	824	938	1104	1184	1284	1566	1961

Fonte: Bacen (2008).

Outra observação importante na Tabela 5, é o crescimento constante das cooperativas de crédito que tinham em 1996 cerca de 1,5 bilhões de reais, alcançando em dezembro de 2006 mais de 30 bilhões de reais, pouco ainda comparado aos quase dois trilhões de reais do SFN. Quando se compara em termos percentuais o crescimento, nos onze anos apresentados, temos aproximadamente 2.000 % (dois mil por cento) de crescimento.

No Gráfico 1, os três segmentos cujos ativos mais cresceram no período de 1996 a 2006, referem-se aos: bancos privados nacionais, bancos com controle estrangeiro e as cooperativas de crédito. O crescimento apresentado tem como base o ano de 1996, e mostra o percentual de crescimento referente ao ano anterior sua participação no SFN.

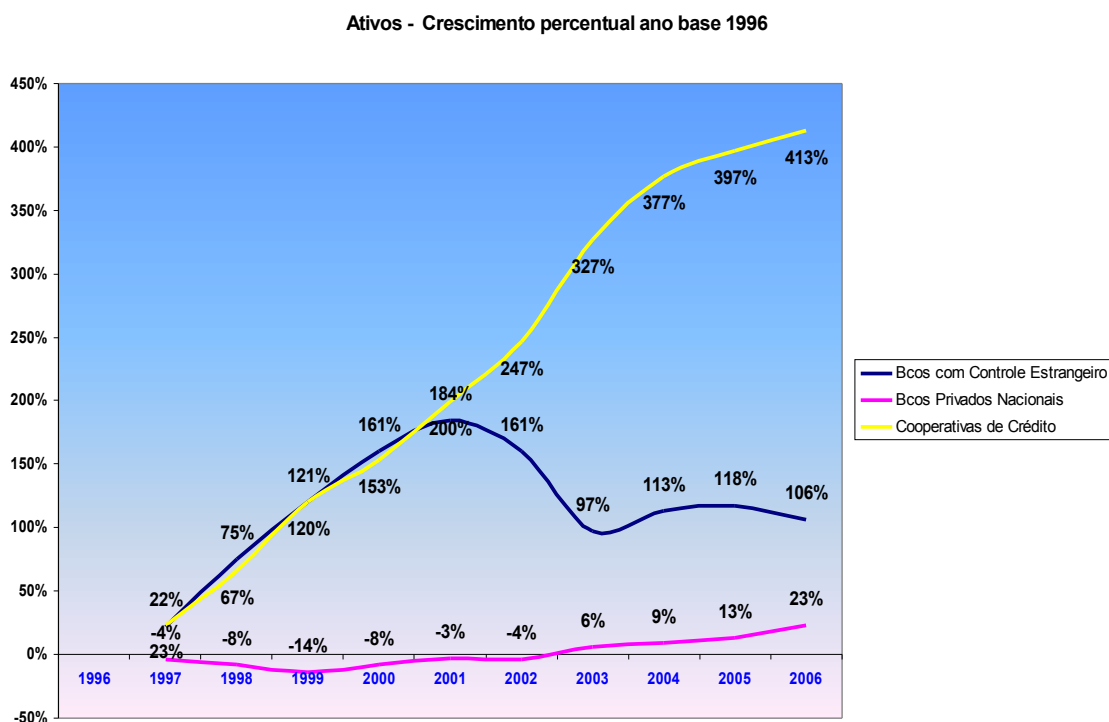


Gráfico 1: Ativos - crescimento percentual dos segmentos que mais cresceram
Fonte: Bacen (2008).

Importante observar ainda no Gráfico 1, que os bancos com controle estrangeiro, até o ano 2001, cresciam praticamente as mesmas taxas das cooperativas de crédito, tendo a partir deste período, uma redução no seu crescimento, enquanto que as cooperativas continuaram sua trajetória de crescimento.

3.2 Patrimônio Líquido

Na Tabela 6, observa-se o crescimento do patrimônio líquido das cooperativas de crédito no SFN. Só para se ter uma idéia mais didática, hoje as cooperativas de crédito tem um patrimônio líquido que equivale a quase 70% do patrimônio líquido da CEF, uma das instituições públicas mais importantes do país.

Tabela 6: Patrimônio líquido - participação percentual das instituições do segmento bancário

	em R\$ bilhões										
Segmento Bancário	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos públicos (+ caixas estaduais)	5,84	5,22	7,1	8,29	4,56	3,52	5,45	6,49	7,56	8,59	9,34
Banco do Brasil	5,59	5,34	6,28	7,27	7,97	8,92	9,21	12,42	14,11	16,85	20,76
Caixa Econômica Federal	4,17	4,13	3,39	3,9	3,08	3,97	4,63	5,88	6,66	7,95	9,18
Bancos privados nacionais	25,55	23,53	31,14	34,88	40,55	52,08	57,66	79,75	85,87	98,11	148,34
Bancos com controle estrangeiro	5,38	6,49	13,68	19,02	22,81	31,29	38,98	42,09	43,97	44,5	43,91
Cooperativas de crédito	0,6	0,7	1	1,34	1,6	2,06	2,57	3,36	4,16	5,18	6,23
Total	47,13	45,41	62,59	74,70	80,57	101,84	118,50	149,99	162,33	181,18	237,76

Fonte: Bacen (2008).

Outro fator importante foi o crescimento do patrimônio líquido das cooperativas de crédito, que juntamente com os bancos com controle estrangeiro e os bancos privados nacionais, tiveram um crescimento extraordinário para o período, 938%, 716% e 481%, respectivamente.

3.3 Depósitos

Na Tabela 7, tem-se um dos importantes fatores de crescimento do cooperativismo de crédito, que é a capacidade dos associados de acreditarem em suas cooperativas. Enquanto no BB, o maior banco brasileiro, seus clientes aumentaram seus depósitos no período analisado, de 33,6 bilhões de reais, para 146,5 bilhões de reais, em termos percentuais um crescimento de aproximadamente 330%, nas cooperativas de crédito o crescimento foi de 690 milhões de reais para 13,2 bilhões de reais. Em termos percentuais, aumentou mais de 1.800%.

Tabela 7: Depósitos - participação das instituições do segmento bancário

	em R\$ bilhões										
Segmento Bancário	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos públicos (+ caixas estaduais)	49,74	47,47	39,02	35,67	23,92	26,26	33,62	35,87	38,46	44,84	50,11
Banco do Brasil	33,62	50	51,23	59,16	55,42	62,35	80,43	92,1	100,4	123,8	146,5
Caixa Econômica Federal	53,54	66,8	60,39	61,54	63,36	70,1	76,76	81,67	91,84	106,9	121,4
Bancos privados nacionais	77,18	91,25	97,35	98,36	110,3	129,7	166	188,7	231,4	312	405,2
Bancos com controle estrangeiro	16,59	20,94	44,55	51,93	68,72	73,96	89,92	86,76	117	152	176,5
Cooperativas de crédito	0,69	1,31	1,74	2,44	3,35	4,81	6,9	8,99	8,22	10,26	13,23
Total	231	278	294	309	325	367	454	494	587	750	913

Fonte: Bacen (2008).

Como pode ser observado, também nos depósitos, o cooperativismo de crédito segue a tendência observada nos outros índices, de um crescimento gradual, ocorrendo nessa análise de 11 anos apenas uma queda no ano de 2004 em relação a 2003, para logo em seguida, continuar sua trajetória de crescimento.

3.4 Operações de Crédito

A Tabela 8 demonstra as operações de crédito, que é onde se verifica a concessão de recursos pelas instituições financeiras, utilizado para investimentos, como capital de giro pelas empresas, ou ainda pelas pessoas físicas no caso das cooperativas de crédito. Inserem-se nesse item: tanto o produtor rural, quando precisa de recursos para sua produção, quanto os servidores públicos e privados que se utilizam desses recursos para investimentos em bens de capital, como moradia e automóveis, ou até mesmo para o consumo.

Tabela 8: Operações de crédito - participação das instituições do segmento bancário

Segmento bancário	em R\$ bilhões										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos públicos (+ caixas estaduais)	45,1	19,02	16,53	15,75	11,69	7,21	12,39	12,84	15,08	16,9	18,89
Banco do Brasil	20,4	20,26	22,49	20,49	25	33,89	41,91	57,94	66,14	77,02	101,9
Caixa Econ. Federal	46,08	57,12	60,29	55,67	52,52	16,63	19,72	22,37	25,56	33,42	41,22
Bancos privados nacionais	61,21	65,28	57,79	61,33	78,84	98,26	103	117,6	141,2	170,4	204,3
Bancos com controle estrangeiro	18,27	21,63	27,77	38,26	57,45	73,49	77,6	67,79	85,83	110	130,6
Cooperativas de crédito	1,02	1,37	1,74	2,21	2,83	3,75	4,59	6,09	7,86	9,49	11,49
Total	192	185	187	194	228	233	259	285	342	417	508

Fonte: Bacen (2008).

Também nesse item as cooperativas tiveram um crescimento bem acima das outras instituições. Só para exemplificar, percentualmente o crescimento das operações de crédito das cooperativas teve um aumento de mais de 1.000%, no período avaliado, enquanto que os bancos com controle estrangeiro, o que mais cresceu depois das cooperativas, foi de apenas 615%.

Conforme dados da OCB (2008), a participação percentual do cooperativismo de crédito no SFN, teve um crescimento de forma gradual, entre os anos de 1997 e 2007, como pode ser vista na Tabela 9, em todos os índices analisados houve crescimento.

Tabela 9: Participação % do cooperativismo de crédito no SFN

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Agregados Patrimoniais											
Patrimônio líquido	1,6	1,6	1,8	2	2	2,2	2,2	2,6	3,1	3,2	3,1
Ativos	0,4	0,5	0,7	0,8	0,9	1	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5
Depósitos	0,5	0,6	0,8	1	1,3	1,5	1,8	1,4	1,5	1,7	1,8
Operações de crédito	0,7	0,9	1,1	1,2	1,6	1,8	2,1	2,3	1,8	1,8	1,9

Fonte: OCB (2008).

Conforme vemos na Tabela 9 o crescimento mais significativo, em termos percentuais, diz respeito aos ativos, que cresceu 275% no período.

Encerrando nossa análise, em relação à participação do cooperativismo de crédito no SFN, conforme a OCB (2008), se considerarmos todos os índices citados anteriormente, o cooperativismo de crédito brasileiro, hoje, participa de aproximadamente 2% de todo o volume de recursos movimentados no âmbito do SFN, como pode ser observado no Gráfico 2.

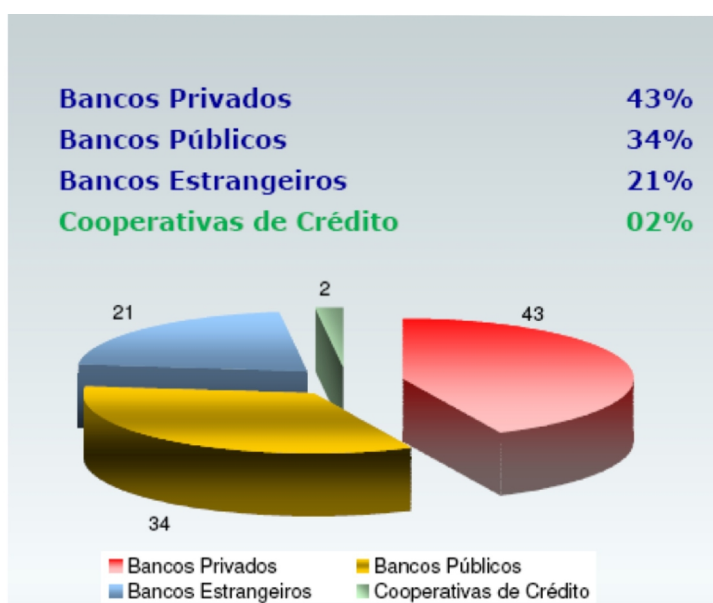


Gráfico 2: Participação % do cooperativismo de crédito no SFN
Fonte: OCB (2008).

Conforme pode ser visto no Gráfico 2, existe, um potencial de crescimento a ser explorado pelo cooperativismo de crédito. Ressalte-se a importância de esclarecer à sociedade brasileira, todos os benefícios da opção pelo cooperativismo, cabendo explorar a criatividade e competência dos dirigentes, divulgando a importância do modelo, e a seriedade de quem administra pensando no ser humano e na coletividade como é o caso do cooperativismo.

3.5 Número de Cooperativas e Postos de Atendimento

Encerrando as análises, com relação a nossa segunda hipótese, verificamos no Gráfico 3, o crescimento na quantidade de cooperativas e postos de atendimento cooperativos, PACs.

Quantidade de cooperativas e PACs

Evolução da quantidade (singulares e pontos de atendimento)

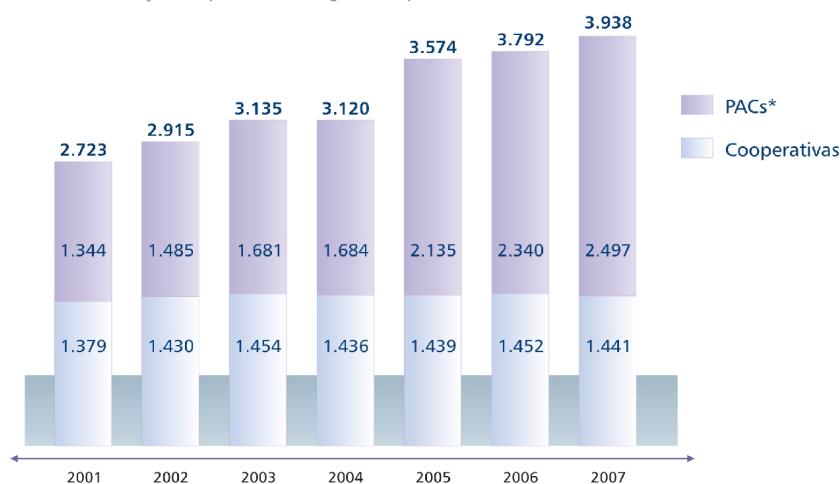


Gráfico 3: Quantidade de cooperativas e PACs.

Fonte: OCB/Bacen (2008).

*Postos de atendimento cooperativos.

Segundo a OCB (2008), o cooperativismo crédito a partir de 2001, mudou seu perfil de crescimento. Como pode ser observado no Gráfico 3, o crescimento do número de cooperativas de 2001 a 2007 foi de 44,9%, enquanto que o crescimento dos postos de atendimento cooperativos (PACs), alcançou o percentual de 85,7%. A explicação está na profissionalização dos sistemas, tendo em vista o ganho de escala e a conseqüente redução nas despesas. Os sistemas cooperativos de um modo geral, excetuando o sistema Ancosol, optaram a partir do ano 2000 por incentivo de fusões em cooperativas e a abertura de PACs em outras localidades, em detrimento de abertura de cooperativas, em virtude de todas as exigências do órgão fiscalizador - Bacen, para abertura de uma nova cooperativa de crédito. Ainda segundo a OCB (2008), a inauguração de novos PACs a partir de 2007 tem sido em torno de 20 a cada mês, comprovando essa tendência de crescimento.

3.6 Cooperativismo de Crédito no Mundo

Para demonstrar a importância do cooperativismo de crédito nos países desenvolvidos, no Gráfico 4 temos, conforme a OCB (2008), a relação de participação do cooperativismo de crédito na intermediação financeira, nos 7 países mais industrializados e desenvolvidos

economicamente, incluímos o Brasil, dando-se a idéia do quanto tal segmento ainda pode crescer.

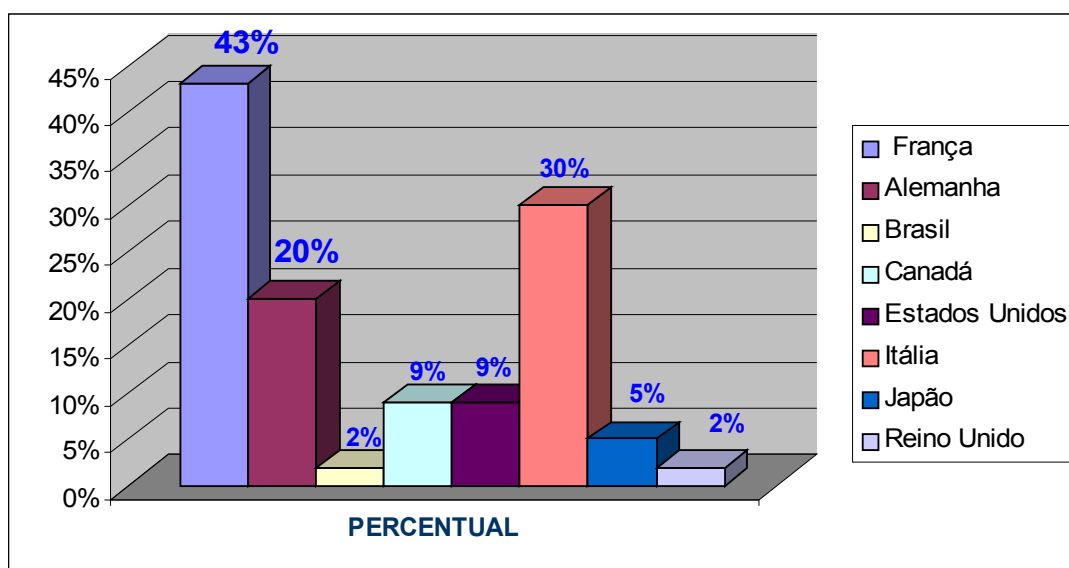


Gráfico 4: Cooperativismo de crédito no mundo
Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos da OCB (2008)

Importante ressaltar que nos países descritos no Gráfico 4, o cooperativismo de crédito já é utilizado há bastante tempo como instrumento para o desenvolvimento de setores estratégicos. Como são economias altamente desenvolvidas, onde o cooperativismo de crédito, já está consolidado, com alto nível de organização, é de se esperar que, com a continuidade do processo de organização do sistema brasileiro, em um futuro próximo podemos estar comemorando números mais significativos, e, como sonhar faz parte da natureza dos autênticos cooperativistas, em pouco tempo também se pode estar servindo de exemplo para outras culturas, ajudando outros povos a crescer com o cooperativismo de crédito.

3.7 Limitações e Restrições da Pesquisa

Em virtude de parte do material de pesquisa, depender de organizações com sede em outros estados, como por exemplo, o sistema Ancosol, cujos dirigentes são originários do sul e do norte do país, ou ainda do sistema Unicred, cuja sede é na cidade de São Paulo, não foi possível, trazer mais resultados à pesquisa.

Apesar dos números do cooperativismo de crédito, disponibilizados pelo Bacen, dos trabalhos divulgados pela Organização das Cooperativas Brasileira, e dos próprios sistemas de

crédito cooperativo brasileiro, faltam, ainda, estudos comparativos em relação a outros índices, como os benefícios sociais das cooperativas de crédito, comparativamente às demais instituições financeiras.

Indagam-se quais as regiões ou setores da sociedade em que o cooperativismo de crédito precisaria atuar com mais firmeza, buscando beneficiar um maior número de brasileiros. Questiona-se também o quanto as cooperativas de crédito estão contribuindo para melhorar o meio ambiente. Não foram encontrados dados sobre esses assuntos na presente pesquisa.

4 CONCLUSÃO

A questão de pesquisa indaga se há crescimento das cooperativas de crédito no âmbito do SFN. Como objetivo do trabalho foi proposto analisar o crescimento do cooperativismo de crédito no SFN, considerando as suas causas e conseqüências, bem como o respectivo impacto na economia do país. Para tanto, levantou-se duas hipóteses: existe crescimento do cooperativismo de crédito no âmbito do SFN, considerando volume de recursos e percentuais, especialmente no que diz a ativos, patrimônio líquido, operações de crédito e depósitos; e está aumentando o número de cooperativas de crédito.

Conclui-se das análises realizadas que, as cooperativas de crédito representam hoje, 2% do SFN. Os resultados do capítulo 3 comprovam o extraordinário crescimento em todos os índices analisados, constituindo prova inequívoca do crescimento das cooperativas de crédito no SFN brasileiro. Dessa forma, as hipóteses levantadas foram aceitas.

Não se esgotou os assuntos relacionados às cooperativas de crédito no Brasil. Recomenda-se que se realizem pesquisas sobre as razões do crescimento das cooperativas do sistema solidário, tendo em vista a dificuldade de acesso a esse modelo de cooperativismo. Sugere-se que em trabalhos subseqüentes sejam pesquisadas as questões acerca do nível de profissionalização do sistema de crédito, além da quantidade de empregos gerados e outros benefícios sociais, em comparação às outras instituições financeiras.

Estudos sobre quais as regiões ou setores da sociedade em que o cooperativismo de crédito precisaria atuar com mais firmeza, buscando beneficiar um maior número de brasileiros, também devem ser realizados. Em virtude da relevância do tema, deve-se verificar, também, o quanto as cooperativas de crédito contribuem para melhorar o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO DA ECONOMIA FAMILIAR E SOLIDÁRIA. (Ancosol). In: VII SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, Belo Horizonte: out. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008.

BRASIL. **Lei nº. 5.764/61**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional do Cooperativismo institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>, Acesso em 10 jul. 2008.

_____. **Lei nº. 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?LEIS>>. Acesso em: 05 out. 2008.

_____. Banco Central do Brasil (Bacen). **Composição e Evolução do SFN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN200612>>. Acesso em: 21 out. 2008.

_____. Conselho Monetário Nacional (CMN). **Resolução nº. 1.524** de 21/09/1988. Dispõe sobre a transformação de Instituições Financeiras em bancos múltiplos. Disponível em: <http://www.Bacen.gov.br/?NORMASBC>. Acesso em: 22 out. 2008.

_____. **Resolução nº. 2.193** de 31/08/1995. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com participação exclusiva de cooperativas de crédito. Disponível em: <http://www.Bacen.gov.br/?NORMASBC>. Acesso em: 27 nov. 2008.

_____. **Resolução nº. 3.106** de 25/06/2003. Dispõe sobre requisitos e procedimentos para a constituição e autorização para funcionamento das cooperativas de crédito. Disponível em: <http://www.Bacen.gov.br/?NORMASBC>. Acesso em: 22 out. 2008.

Cooperativa de Crédito do Sistema Unimed (Unicred). **Sistema Unicred**. Disponível em: <<http://www.Unicred.com.br>> . Acesso em: 30 set. 2008.

FERNANDES, Antonio Alberto Grossi. **O sistema financeiro nacional comentado:** instituições supervisoras e operadoras do SFN & políticas econômicas, operações financeiras e administração de risco. São Paulo: Saraiva, 2006.

MENEZES, Antonio. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo**. Brasília: Stilo, 2005.

_____. **Cooperativa de crédito:** o que é e quais seus benefícios. Brasília: Stilo, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. (OCB). In: VII SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, Belo Horizonte: out. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2008.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques, **Cooperativas de crédito:** história da evolução normativa no Brasil. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso (Org.). **O cooperativismo de crédito no Brasil** – do século XX ao Século XXI. ed. comemorativa. Santo André: Esetec, 2004.

PINHO, Diva Benevides. **Brasil: crédito cooperativo e sistema financeiro**. São Paulo: Esetec, 2006.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte. **Microfinanças: O papel do banco central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2007.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2002.

THENÓRIO FILHO, Luiz dias. **Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo**. 2. ed. Ampliada e comemorativa aos cem anos do cooperativismo no Brasil. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). **Sistema Sicoob**. Disponível em: <<http://www.Sicoob.com.br/site/sistemaSicoob.load>>. Acesso em: 07 out. 2008.

Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). **Sistema Sicredi**. Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br>>. Acesso em: 02 out. 2008.

TURCZYN, Sidnei. **O sistema financeiro nacional e a regulação bancária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Participação percentual dos diversos segmentos nos ativos do sistema

Na Tabela abaixo, volta-se à análise dos dados do Bacen (2008) em relação aos ativos totais para verificar a participação percentual dos diversos segmentos do SFN. Primeiro pode-se observar a alto percentual dos bancos múltiplos, mais de 70% do SFN em dezembro de 2006, e uma pequena participação dos bancos comerciais. Isso se deve à transformação dos bancos comerciais em bancos múltiplos, conforme visto no capítulo sobre o SFN.

Segmento Bancário	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos múltiplos	52,8	52,1	47,1	50,8	52,6	69,1	68,8	69,3	70,1	69,1	70,6
Bancos comerciais	15,1	16,3	18,6	15,9	16,4	3,7	3,3	1,8	1,3	1,2	1,1
Caixas Econômicas	13,6	13,8	14	13,8	12,6	9,1	9,6	10,5	9,4	9,8	8,7
Cooperativas de crédito	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,8	0,9	1	1,2	1,2	1,3
Bancos de desenvolvimento	7,1	7,7	10	10,1	10,5	10,5	11,6	10,9	10,6	9,1	8
Bancos de investimento	1,7	1,5	0,9	1	0,9	1,2	1	1,5	1,7	1,4	1,2
Sociedades de crédito, financiamento e investimento	0,6	0,5	0,4	0,5	0,9	0,5	0,9	1	1,8	2	1,2
Sociedades de arrendamento mercantil	3,4	4,2	5,2	5,4	3,9	3,3	2,7	2,5	2,5	5	6,9
Companhias hipotecárias	-	-	-	-	-	-	0,004	0,004	0,006	0	0,014
Sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo	1,1	1,1	1,1	0,5	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
Agências de fomento	-	-	-	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (3)	1,5	1,2	0,9	1	0,8	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários	2,9	1,3	1,3	0,4	0,3	0,5	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3
Sociedades de crédito ao microempreendedor	-	-	-	-	-	-	0,001	0,002	0,003	0	0,003
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Bacen (2008)

Nota-se que a partir 1999 pode ser verificado a entrada das agências de fomento e das sociedades de crédito para o micro empreendedor, fazendo parte de uma nova política governamental de incentivar o micro crédito, como forma de beneficiar as pequenas comunidades rurais e as populações mais necessitadas.

A participação percentual das cooperativas de crédito no SFN, em se tratando de ativos, teve um crescimento de 0,3% para 1,3%, no período mencionado, comprovando assim um crescimento constante, ainda assim mostrando que existe um grande potencial, que pode e deve ser explorado pelas cooperativas de crédito espalhadas pelo Brasil.

APÊNDICE B - Evolução do Cooperativismo de Crédito

Segundo dados da OCB (2008), o ramo crédito contava em dezembro de 2007, com 1441 cooperativas, 3,6 milhões de associados e 3.938 pontos de atendimento. Conforme Tabela abaixo, o cooperativismo de crédito cresceu expressivamente, em todos os índices verificados.

	Em bilhões de R\$										
Agregados patrimoniais	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Patrimônio líquido	0,7	1	1,3	1,1	2,1	2,6	3,4	4,2	5,2	6,2	7,7
Ativos	2,5	3,4	4,7	6,3	8,4	11,5	15,2	18,4	23,3	30,2	38,1
Depósitos	1,3	1,7	2,4	3,3	4,8	6,9	9	8,2	10,3	13,2	16,2
Operações de crédito	1,4	1,7	2,2	2,8	3,8	4,6	6,1	7,9	10	12,1	15,9

Fonte: OCB (2008)

Todos os números do sistema cresceram no período a taxas acima de 10% ao ano, projetando um futuro promissor, ao cooperativismo de crédito.

APÊNDICE C: Variação de patrimônio líquido, ativos, depósitos e operações de crédito

Encerrando as análises em relação aos dados do Bacen (2008), na Tabela abaixo, temos o percentual de crescimento do cooperativismo de crédito brasileiro, em valores absolutos em relação ao ano anterior, ou seja, uma análise horizontal do crescimento ano a ano, de todos os índices.

% de crescimento dos valores absolutos em relação ao ano anterior												
Agregados patrimoniais	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	de 1995 a 2006
Patrimônio líquido	41,6	32,3	32,9	27,9	19,6	24,9	27,7	28,4	26,3	24,4	20,3	1.374,70
Ativos	45,9	45,3	33,8	41,9	31,2	34	36	28,8	24,1	26,8	29,5	2.424,00
Depósitos	68	69,8	47,6	41	36,6	43	42,2	29,4	-7,8	24,9	29	3.069,80
Operações de crédito	34,4	34,5	26,5	27,5	27,8	30,7	22,4	30,6	31,7	20,7	20,1	1.385,10

Fonte: Bacen (2008)

O índice que mais cresceu foi o de depósitos, que demonstra a credibilidade e confiança no cooperativismo de crédito por parte de seus quase quatro milhões de associados espalhados por todo Brasil.

APÊNDICE D - Participação percentual das instituições do segmento bancário

A Tabela abaixo apresenta o crescimento, em termos percentuais, dos diversos segmentos. Pode ser observado o decréscimo percentual de segmento “banco público + caixas estaduais”, em virtude das resoluções do CMN.

em percentual											
Segmento Bancário	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos públicos (+ caixas estaduais)	21,92	19,1	11,37	10,2	5,62	4,3	5,87	5,79	5,52	5,09	4,5
Banco do Brasil	12,52	14,4	17,44	15,8	15,63	16,76	17,12	18,4	17,41	15,36	14,46
Caixa Econômica Federal	16,47	16,6	17,02	17,1	15,35	10,97	11,66	13,04	11,51	12,05	10,68
Bancos privados nacionais	38,28	36,8	35,29	33,1	35,23	37,21	36,93	40,76	41,7	43,12	47,12
Bancos com controle estrangeiro	10,51	12,8	18,38	23,2	27,41	29,86	27,38	20,73	22,43	22,89	21,7
Cooperativas de crédito	0,3	0,37	0,5	0,66	0,76	0,9	1,04	1,28	1,43	1,49	1,54
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Bacen (2008)

Nessa análise podemos observar um crescimento do segmento “Cooperativa de Crédito”, em torno de 500%.

SOBRE O AUTOR

Antonio Alcides de Assis Carvalho, graduado em economia pelo Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal UDF, e pós-graduado em contabilidade pública pela Universidade de Brasília – UnB, é Técnico Judiciário do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Atualmente exerce a função de Assistente no Gabinete do Diretor Geral do Supremo Tribunal Federal – STF.

A primeira experiência do autor no cooperativismo de crédito foi no Ministério da Agricultura como Presidente do Conselho Fiscal da Cominagri – Cooperativa de Crédito dos Servidores do Poder Executivo. Foi, também, conselheiro fiscal, vice-presidente e Presidente da Cooperativa de Crédito dos Servidores do Poder Judiciário e Ministério Público da União – Credisutri, Atuou ainda, como Presidente da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça-ASSTJ, por três mandatos.